



OBSERVATÓRIO DAS AUTARQUIAS
FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS

Quadro de
Referência



Autarquias Familiarmente Responsáveis

3ª EDIÇÃO - 2011

www.observatorioafr.org



Co-financiado por: Apoio Financeiro do
Estado às Associações de Família

QUADRO DE REFERÊNCIA PARA UMA POLÍTICA DE FAMÍLIA DAS AUTARQUIAS FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS

O presente quadro de referência tem por base o princípio de que a família é um marco de coexistência e coesão social insubstituível para a vida e o bem-estar da população.

Neste contexto, importa que, reconhecendo o indispensável papel da família na nossa sociedade, se propicie o exercício das suas responsabilidades com maiores e melhores garantias, favorecendo a existência de mais famílias estáveis, saudáveis e funcionais.

As políticas públicas têm assim que estar, também, atentas aos sinais e às necessidades das famílias.

Salvaguardando o princípio da subsidiariedade, deverão assim ser identificadas quais as medidas de política a tomar para proporcionar às famílias maior capacidade de resposta na sua acção vital para a sociedade.

As políticas sociais de família englobam duas vertentes:

- Medidas de política de família que se destinam a todas as famílias – Visam reconhecer o valor da família e o inalienável contributo que dá para a sociedade e visam sobretudo apoiar as famílias na fundamental função que desempenham de apoio aos seus descendentes e ascendentes;
- Medidas de política assistencial - Destinam-se apenas às famílias com menos recursos financeiros e visam colmatar essa falta de recursos proporcionando, ora através de transferências de verbas, ora através da prestação de serviços concretos nas áreas da educação, habitação, alimentação, etc, um apoio específico e personalizado de forma a assegurar um nível mínimo de existência com dignidade.

Estas duas vertentes não se podem confundir, anular ou mutuamente excluir. Elas são ambas essenciais e devem-se complementar na procura de uma sociedade com capacidade para se desenvolver de forma sustentável em ambos os níveis, económico e social.

Contudo, se na sociedade portuguesa actual as vertentes de apoio assistencial têm vindo a conhecer um vasto desenvolvimento nos últimos tempos, aspecto

que se assinala como muito positivo, as políticas de apoio à família têm vindo a ser totalmente descuradas, ao contrário do que se passa na esmagadora maioria dos países da Europa.

Este aspecto é, do nosso ponto de vista preocupante, pois significa que não se está a fazer prevenção. Ora, todos os estudos demonstram que uma sociedade só consegue ser sustentável (estável, saudável e funcional) se for constituída por uma larga maioria de famílias estáveis, saudáveis e funcionais.

A família é o berço do amanhã, é na família que nascem, crescem e se desenvolvem física e emocionalmente os jovens, e por consequência a sociedade, pelo que há que proporcionar condições que favoreçam não só a garantia de que existe capital humano suficiente para garantir um futuro sustentável, mas que esse capital humano também possua as competências emocionais, comportamentais e formativas necessárias.

O descurar deste princípio comporta graves consequências que estão já presentes na sociedade actual e são cada vez mais visíveis. A quebra acentuada e contínua dos índices de fecundidade, a elevada taxa de divórcios, a desertificação, o desemprego, os índices de abandono e a falta de aproveitamento escolar, são apenas algumas das consequências que já podemos observar.

Toda esta insustentabilidade criada tem depois consequências ao nível da sustentabilidade das próprias medidas de política assistencial, pois quanto mais famílias a necessitar de política assistencial existirem, maior a dificuldade desse apoio ser convenientemente prestado, não só por serem necessários mais recursos, mas também por o número de famílias a contribuir para a existência desses recursos ser cada vez menor.

Importa assim apostar na prevenção e trabalhar para construir uma sociedade que impeça mais famílias e consequentemente mais pessoas, de caírem numa espiral de degradação social.

Por outro lado, medidas avulsas, representam sempre o dispêndio de recursos, perdem a eficiência e raramente produzem o efeito desejado. Torna-se assim imperativo a adopção de um plano com uma visão integradora e transversal das medidas a adoptar que valorize os investimentos que vierem a ser considerados necessários.

As famílias numerosas dão um contributo importante para a coesão social e para a sustentabilidade que também importa conhecer e reconhecer. Elas são um espaço privilegiado para o desenvolvimento da partilha, solidariedade, generosidade e entajuda. Para além disso, sendo necessário um índice

sintético de fecundidade de 2.1 para que seja feita a renovação das gerações, isto significa que só as famílias com 3 ou mais filhos contribuem para a necessária reposição da população, impedindo a insustentabilidade do amanhã. É por isso que, um pouco por toda a Europa, numa conjuntura de grave défice demográfico, a opção mais adoptada é a de dar um forte apoio às famílias a partir do terceiro filho.

A adopção da avaliação da capacidade financeira de uma família através do rendimento e a criação de bonificações por filho em grelhas de avaliação para concessão de apoios, são dois aspectos essenciais do domínio da equidade, que devem estar vertidos na política prosseguida.

Assim, as medidas de acção sugeridas por este Observatório têm por base dois princípios:

1. A construção de uma política integrada de apoio à família
2. O reforço dos apoios às famílias numerosas

No pressuposto de que as medidas adoptadas não sejam avulsas sugere-se a adopção dos seguintes passos:

1. Compromisso ao nível do Presidente da Autarquia
2. Valores familiares integrados na missão da Autarquia
3. Nomeação de um responsável pelo Plano
4. Estudo estatístico de dados sobre a realidade das famílias na Autarquia
5. Levantamento e hierarquização dos problemas existentes:
 - a. Selecção de indicadores gerais
 - b. Estudo das necessidades concretas das famílias da Autarquia
6. Elaboração de um plano de acção
 - a. Escolha das medidas de política de família a adoptar
 - b. Construção da sua execução
 - c. Definição de uma calendarização
7. Avaliação prospectiva de resultados e estudo da adequação das políticas adoptadas
8. Divulgação das políticas e das acções adoptadas
 - a. Plano apresentado pelo Presidente da Autarquia
 - b. Elaboração de Relatório Anual de acompanhamento

9. Estimulo à adopção de boas práticas de responsabilidade familiar de empresas, instituições e organismos locais com o objectivo de construir uma cultura local de família pela:
 - a. Divulgação das boas práticas existentes
 - b. Promoção de parcerias e prémios

A adopção destes passos, deve ser preferencialmente integrada nos mecanismos próprios da Autarquia já existentes, não devendo de per si constituir um acréscimo de burocracia.

SÍNTESE DE MEDIDAS

A – Áreas de Actuação

No âmbito das medidas concretas a adoptar o observatório identificou as que a seguir se enunciam e cuja adopção nos respectivos planos locais é sugerida:

A.1. Apoio à Maternidade e Paternidade

A.1.1. Promover a formação conjugal e parental, como insubstituível numa sã educação das crianças e jovens, apoiando e estimulando, nomeadamente, a organização de Escolas de Pais;

A.1.2. Disponibilizar aconselhamento conjugal e parental de prevenção;

A.1.3. Prestar apoio jurídico na área da família.

A.2. Apoio às Famílias com necessidades especiais

A.2.1. Apoiar domiciliariamente as famílias com pessoas em situação de fragilidade social, doentes crónicos, deficientes e idosos, de iniciativa própria ou apoiando iniciativas locais;

A.2.2. Disponibilizar serviços de acompanhamento familiar em situações de crise (desemprego, morte, separação/divórcio doença súbita ou crónica e situações de dependência);

A.2.3. Apoio à fixação de residência para famílias oriundas de outros concelhos;

A.2.4. Desenvolver iniciativas de integração de famílias imigrantes;

A.2.5. Disponibilizar serviços domiciliários de obras e pequenos arranjos para famílias, doentes, deficientes e idosos.

A.2.6. Facilitar e apoiar a criação de novos centros de dia bem como o melhoramento dos existentes;

A.2.7. Assegurar a existência e a manutenção de unidades residenciais para pessoas em situação de fragilidade social, doentes crónicos, deficientes e idosos;

A.3. Serviços Básicos

A.3.1. Disponibilizar uma Tarifa Familiar da Água que tenha em conta o consumo *per capita* para construção dos escalões;

A.3.2. Criar descontos nas taxas de saneamento de acordo com o número de elementos do agregado familiar;

A.3.3. Disponibilizar tarifas de resíduos sólidos e urbanos que tenham em consideração o número de elementos do agregado familiar;

A.3.4. Desenvolver iniciativas ou projectos que possibilitem a redução dos custos de energia, que assentem num cálculo proporcional ao número de membros da família.

A.4. Educação e Formação

A.4.1. Apoiar os transportes escolares que embora ainda não estejam legalmente previstos se revelem importantes no quotidiano das famílias do Município;

A.4.2. Apoiar especialmente as refeições escolares das famílias com 3 ou mais filhos, através da concessão de descontos;

A.4.3. Fomentar em todas as escolas do 1º ciclo do Município a criação de bancos de manuais escolares para permitir a sua reutilização ano após ano pelos diferentes alunos;

A.4.4. Em colaboração com os jardins de infância e escolas do 1º ciclo do Município entregar anualmente um pacote base de material escolar (canetas, lápis, borracha, régua, material desenho, etc) a todos os alunos para utilização na escola;

A.4.5. Promover bolsas de estudo para filhos de famílias numerosas, em especial nos ensinos profissional e superior, sujeitos à obrigatoriedade de não reprovação;

A.4.6. Apoiar a criação ou dinamização de actividades extra-curriculares locais, sempre que possível através de parcerias com os pais, professores e entidades locais, no âmbito da música, desporto, informática, salas de estudo, etc, sem esquecer as relacionadas com a cultura e o modo de vida local a custos comportáveis e com descontos para os filhos de famílias numerosas;

A.4.7. Apoio à criação ou dinamização de actividades nas férias e/ou campos de férias a custos comportáveis e com descontos para filhos de famílias numerosas;

A.4.8. Incentivar a criação de estágios em empresas locais;

A.4.9. Incentivar a aprendizagem dos pais e avós ao longo da vida;

A.4.10. Investir na criação de novas creches e jardins de infância e/ou, investir no melhoramento das existentes;

A.4.11. Assegurar a criação de novas escolas de ensino básico e/ou no melhoramento das existentes;

A.5. Habitação e Urbanismo

A.5.1. Cálculo do valor do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis que tenha em consideração o número de m² per capita;

A.5.2. Apoiar a construção de raiz para famílias com 3 ou mais filhos (comparticipação, atribuição de lotes, disponibilização de materiais de construção,...);

A.5.3. Apoiar a recuperação de habitações degradadas para famílias com 3 ou mais filhos (comparticipação, projectos de Arquitectura, disponibilização de materiais de construção,...);

A.5.4. Criar descontos nas taxas municipais para famílias com 3 ou mais filhos;

A.5.5. Monitorizar a existência no parque habitacional do Município de uma percentagem de fogos para famílias numerosas, nomeadamente através da análise das tipologias e áreas das casas disponíveis no mercado a cada momento;

A.5.6. Assegurar a existência e manutenção de espaços verdes de proximidade acessíveis de forma pedonal;

A.5.7. Assegurar a existência de infra-estruturas de apoio à vida familiar (ex: centro de dia, farmácia, escola, comércio de proximidade, centro de saúde, etc);

A.5.8. Promover outras iniciativas que facilitem a aproximação entre a habitação, os locais de trabalho e as escolas dos filhos;

A.5.9. Promover outras iniciativas que permitam a mobilidade quando a família aumenta.

A.6. Transportes

A.6.1. Promover a existência de bilhetes de família, cujo valor não ultrapasse o custo de 4 bilhetes, para deslocações avulsas;

A.6.2. Criar descontos crescentes com o número de elementos da família, nos passes mensais ou em bilhetes diários;

A.6.3. Facultar a existência de transportes de proximidade.

A.7. Saúde

A.7.1. Promover estilos de vida saudáveis;

A.7.2. Promover a existência de programas de diagnósticos familiares de saúde pública.

A.8. Cultura, Desporto, Lazer e Tempo Livre

A.8.1. O Município deverá criar Bilhetes de Família em todos os eventos e ofertas culturais, desportivas e recreativas que dependam directamente ou por concessão da autarquia. O valor destes bilhetes não deve ultrapassar, independentemente do número de filhos, o custo de quatro entradas avulsas;

A.8.2. Quando se trate de actividades de oferta de carácter anual ou periódico, deverá ser contemplada a existência de descontos progressivamente crescentes em função do número de elementos do agregado familiar inscritos e devendo ainda ser contemplada a existência de descontos específicos para famílias numerosas;

A.8.3. Fomentar nas colectividades a criação de bancos de material desportivo e musical para permitir a sua reutilização ano após ano por diferentes alunos;

A.8.4. Fomentar a existência de programas de cultura, desporto, lazer e tempos livres em família.

A.8.5. Investir na criação de novos equipamentos desportivos sempre que necessário e/ou no melhoramento dos existentes;

A.8.6. Facilitar e apoiar a criação de novos equipamentos culturais de acordo com as necessidades detectadas e/ou o melhoramento dos existentes.

A.9. **Cooperação, relações institucionais e participação social**

A.9.1. Facilitar a articulação de creches e jardins de infância com os centros de dia para idosos;

A.9.2. Dinamizar iniciativas que promovam a convivência inter-familiar e inter-geracional de vizinhança;

A.9.3. Enquadrar a utilização de voluntários nos serviços sociais de entreatajuda da autarquia.

A.9.4. Tendo em conta todos os benefícios já disponíveis através da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, sugere-se a realização de parcerias entre as autarquias e a APFN que tornem possível disponibilizar às famílias numerosas munícipes também estes benefícios angariados a nível nacional.

B - Facilitadores

B.1. Divulgação

Os Municípios deverão assegurar uma ampla divulgação de todas as medidas tomadas no âmbito da Política de Família que desenvolvem.

Para tal deverão ser utilizados todos os meios de comunicação ao dispor da autarquia para informar as famílias munícipes de todos os apoios que estão ao seu alcance, facilitando a sua consulta e agilizando o seu acesso, através de procedimentos simples que deverão também ser amplamente divulgados.

B.2. Cartão de Família Numerosa

Os municípios deverão criar cartões de família numerosa que agreguem todas as medidas por eles criadas que visem despenalizar e apoiar estas famílias.

Estes cartões além de constituírem um instrumento impulsionador de medidas neste âmbito, poderão dar um contributo muito positivo na simplificação dos procedimentos de acesso às medidas criadas.

C – Apoio das Autarquias aos Funcionários Autárquicos

Para que os municípios se convertam em familiarmente responsáveis para com os seus funcionários autárquicos sugere-se a adopção dos seguintes passos:

1. Declaração do Presidente da Autarquia assumindo o caminho de crescente responsabilidade familiar em relação aos seus colaboradores e funcionários;
2. Nomeação de um responsável pela conciliação entre família e trabalho
3. Elaboração de um diagnóstico da situação actual da autarquia no que respeita à sua relação com as responsabilidades familiares dos seus colaboradores
4. Recolha de informação sobre as necessidades familiares dos funcionários:
 - a. Estudo de indicadores
 - b. Questionários
 - c. Entrevistas (individuais e de grupo)
5. Elaboração de um plano de acção
 - a. Escolha de facilitadores
 - b. Desenho de políticas
 - c. Construção de um manual para aplicação de boas práticas
 - d. Políticas flexíveis com vantagens para ambas as partes
 - e. Acordo entre responsáveis e empregados
6. Formação dos quadros da autarquia sobre responsabilidade familiar
7. Integração dos valores familiares na missão da autarquia
8. Divulgação das políticas e das acções adoptadas
 - a. Anúncio pelo Presidente da Câmara
 - b. Comunicação escrita a todos os funcionários
 - c. Sistema de comunicação interna contínua: folhetos, intranet, etc
9. Avaliação da utilização/adaptação das políticas